

TÓPICO, FOCO E NOMINAIS NUS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Ana Müller, USP

1. Introdução

Este trabalho enfoca as restrições relacionadas à interpretação dos Nominais Nus sem número (NNs - também chamados singulares nus) em posição pré-verbal no Português Brasileiro (PB) e sua relação com a estrutura informacional da sentença nessa língua.

O trabalho tenta explicar porque, apesar de o PB aceitar NNs em posições argumentais como exemplificado pelo sujeito e pelo objeto indireto na sentença (1) e pelo sujeito e objeto direto da sentença (2), NNs são agramaticais em (aparente) posição de sujeito de sentenças episódicas como (3).

(1) Menino brinca de lutar contra bandido.

(2) Bandido usa arma.

(3) *Bandido está assaltando o Banco Real da avenida Sumaré neste momento.

O artigo defende a tese de que NNs em aparente posição de sujeito no PB são tópicos em posição externa à sentença. Por serem tópicos, eles ocupam a restrição de uma estrutura quantificacional e tem sempre uma interpretação genérica. O trabalho defende também que NNs em PB não são sintagmas de determinante (DPs), mas sim sintagmas nominais (NPs), e, portanto, não podem ocupar posições argumentais, o que explica a ausência de uma interpretação existencial para o NN em aparente posição de sujeito. Na verdade, NNs 'sujeitos' são constituintes topicais indefinidos.

A argumentação teórica baseia-se na proposta de Partee 1991 de que existe um paralelo entre a estrutura quantificacional de uma sentença e sua estrutura informacional. O tópico determina as entidades, casos ou eventos sobre os quais se está quantificando e o constituinte focal explicita a afirmação que está sendo feita sobre estas entidades.

Na seção 2, apresento a tese de que sentenças quantificadas podem ser descritas como estruturas tripartites. A seção 3 apresenta a proposta de Partee 1991 de que existe uma correspondência entre a estrutura informacional de uma sentença e sua interpretação como uma estrutura tripartite. A seção 4 discute as noções de tópico-foco e tema-rema. Na seção 5, os dados relevantes sobre a interpretação dos NNs sujeitos são apresentados. A seção 6 defende a tese de que NNs sujeitos são, na verdade, tópicos externos à sentença. A seção 7 defende que NNs são predicados e não ocupam posições argumentais. Finalmente, uma conclusão é apresentada.

2. Estruturas Quantificacionais

Esta seção apresenta a tese baseada nos trabalhos de Lewis 1975, Kamp 1981 e Heim 1982 de que sentenças quantificadas de diferentes tipos podem ser descritas por uma mesma estrutura quantificacional: uma estrutura tripartite na qual um operador de tipo

adverbial toma como argumentos uma restrição e um escopo nuclear. Este ponto é importante para nossa discussão uma vez que as sentenças com sujeitos NNs podem ser descritas como estruturas quantitativas sob o escopo de um operador genérico de tipo adverbial.

Partee, Bach & Kratzer 1987 apontam para a variedade dos modos usados pelas línguas naturais para expressar operações de quantificação. Os autores propõem uma primeira tipologia das expressões quantificadoras que separa, por um lado, a quantificação expressa por expressões nominais (4) - a quantificação-D - e, por outro lado, a quantificação expressa por advérbios quantitativos (5 e 6), quantificadores 'flutuantes' (7) e quantificações expressas por afixos verbais e por auxiliares (7) - a quantificação-A.¹

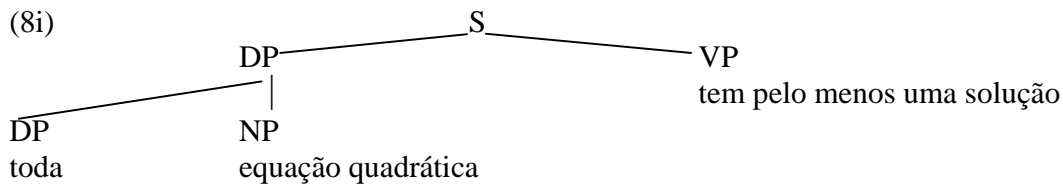
- (4) Toda equação quadrática possui pelo menos uma solução.
- (5) Uma equação quadrática sempre possui pelo menos uma solução.
- (6) Sempre, se uma equação é quadrática, ela possui pelo menos uma solução.
- (7) Os meninos saíram todos /Os meninos todos saíram.
- (8) Os meninos têm visto bons filmes.

A quantificação-D tem sido bastante estudada pela Semântica Formal desde Lewis 1970 e Montague 1973 e todo o trabalho posterior sobre quantificadores generalizados (ver Barwise & Cooper 1981). Montague 1973 propôs uma análise de todas as expressões nominais do inglês como quantificadores generalizados. Quantificadores generalizados são Sintagmas de Determinantes como *toda equação quadrática* em (4) analisados como operadores sobre o predicado verbal. Desta forma, em uma sentença como (4) é o sujeito que opera sobre o predicado e as condições de verdade da sentença expressam que o conjunto das coisas que possuem duas soluções pertence ao conjunto de todos os conjuntos formados por todas as equações quadráticas. A estrutura em (8i) ilustra de maneira simplificada a estrutura sintática de uma sentença com quantificação-D e (8ii) ilustra a sua estrutura lógica em termos da relação função-argumento. Em (8ii), o DP é um operador que toma o VP como seu argumento e, dentro do DP, o determinante/quantificador *toda* é um operador que toma o NP como seu argumento.²

¹ D e A nas expressões quantificação-D e quantificação-A são mnemônicos para *adverbial* e *de determinante*.

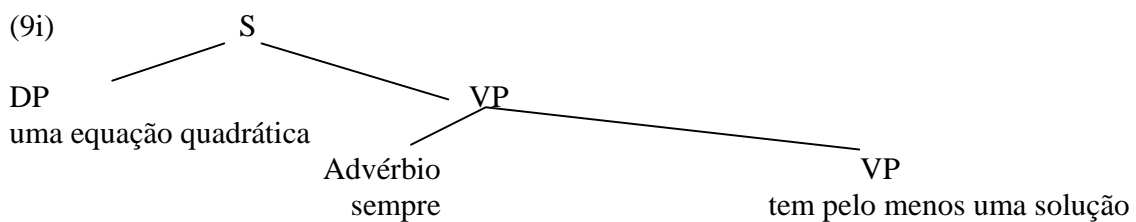
² Estou usando as seguintes abreviaturas dentro da tradição da Sintaxe Gerativa:

S: Sentence (sentença);
D: Determiner (determinante);
DP: Determiner Phrase (sintagma de determinante);
N: Noun (substantivo);
NP: Noun Phrase (sintagma nominal);
V: Verb (verbo);
VP: Verb Phrase (sintagma verbal);
CP: Complementizer Phrase (sintagma complementizador).

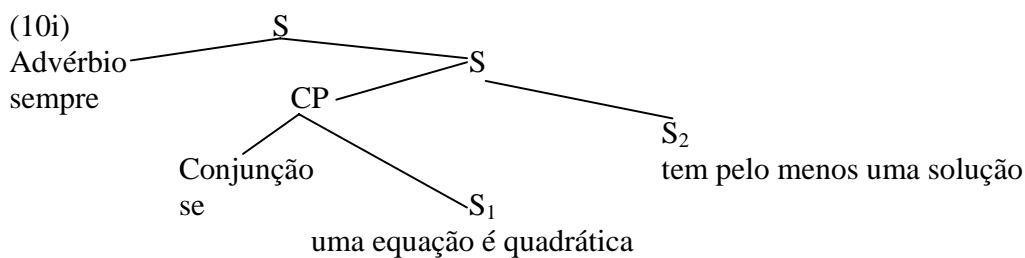


(8ii) [S [DP D (NP)] (VP)]

O conceito de quantificação-A(dverbial) tem como ponto de partida a idéia de Lewis 1975 de que alguns advérbios como *sempre* em (5) e (6) são quantificadores sobre "instâncias" ou "casos". Este conceito é desenvolvido no trabalho de Kamp 1981 e Heim 1982 que generalizam a análise de Lewis também para quantificadores-D em sentenças como (4). A estrutura sintática simplificada de sentenças com quantificação-A como (5) e (6) está ilustrada em (9i) e (10i) e suas estruturas lógicas em termos das relações função-argumento estão ilustradas em (9ii) e (10ii). Notem que temos estruturas tripartites nas quais o advérbio toma dois argumentos.



(9ii) [S Adv (DP, S)]



(10ii) [S Advérbio (S₁, S₂)]

O interessante é que, apesar das sentenças (4), (5) e (6) possuírem estruturas sintáticas bastante distintas, elas possuem virtualmente as mesmas condições de verdade que estão expressas na forma lógica em (11).³ Assim, a forma lógica de sentenças quantificadas, quer por quantificação nominal, quer por quantificação adverbial pode ser descrita como uma estrutura tripartite como representada em (12) (cf Lewis 1975). Em (12), o

³ A expressão *forma lógica* está sendo usada aqui como uma representação das condições de verdade de uma sentença. Esta expressão pode ou não coincidir com o nível da Forma Lógica postulado pela Sintaxe Gerativa.

quantificador é interpretado como uma relação entre conjuntos ou propriedades. Em (13), temos a estrutura argumental das sentenças (4) e (5) e em (14) a estrutura argumental da sentença (4). Notem que (13) e (14) são equivalentes em relação à estrutura função-argumento.

(11) Sempre, se x é uma equação quadrática, x tem pelo menos uma solução.⁴

(12) [_S Operador [Restrição] [Escopo Nuclear]]

(13) [Sempre x [equação quadrática x] [tem-pelo-menos-uma-solução x]]

(14) [Todo x [equação quadrática x] [tem-pelo-menos-uma-solução x]]

Vimos então que a estrutura do significado de sentenças quantificadas pode ser uniformemente expressa por estruturas argumentais tripartites nas quais um quantificador de tipo adverbial toma uma restrição e um escopo nuclear como seus argumentos. Na próxima seção veremos como a construção dessas estruturas quantificacionais está relacionada à estrutura informacional de sentenças sob o escopo de algum tipo de quantificação.

3. A Correlação entre a Estrutura Quantificacional de uma Sentença e sua Estrutura Informacional

Nesta seção apresento a tese de Partee 1991 de que a estrutura informacional de uma sentença quantificada determina sua partição lógica: sua restrição é determinada pelo tópico e seu escopo nuclear é determinado pelo seu constituinte focal. A tese de Partee é importante para este trabalho porque permite relacionar a interpretação de sentenças quantificacionais à sua estrutura informacional, questões estas que estão em jogo na interpretação de sentenças com NNs sujeitos.

Vários trabalhos em semântica formal tem mostrado que a estrutura tópico-foco afeta a interpretação de uma sentença (ver Reinhart 1982, Rooth 1985, Partee 1991, Krifka 1992). Partee 1991 afirma que:

"... a sintaxe (se não contarmos a estrutura de foco como parte da sintaxe, às vezes não especifica ou deixa subespecificado o que vai para a restrição de uma estrutura tripartite, e a estrutura de foco frequentemente tem um papel importante na determinação de como as partes do significado de uma sentença são divididas em estruturas tripartites, informação esta que pode ser essencial para a atribuição de condições de verdade a uma sentença."⁵ (p. 4)

⁴ Esta estrutura lógica é simplificada no sentido de que trata o predicado (verbo+objeto direto) como um único constituinte lógico.

⁵ Tradução minha. No original:

"... the syntax (if we don't count focus structures part of the syntax) sometimes leaves unspecified or underspecified what goes into the restrictor clause of a tripartite structure, and focus structure frequently plays an important role in determining how the parts of the meaning of a sentence are divided up in tripartite structures, information that can be essential to assigning truth-conditions to a sentence."

O contraste entre os valores de verdade das sentenças em (15a e b) ilustra como a estrutura informacional de uma sentença pode afetar suas condições de verdade. A diferença pode ser expressa pelas paráfrases em (16a e b). (15a) é falsificada por uma situação em que um médico acompanhou uma bailarina em São Petersburgo. Entretanto, o mesmo não ocorre com (15b) que seria falsificada, por exemplo, por um oficial acompanhando uma enfermeira em São Petersburgo.

- (15) a. Em São Petersburgo, [oficiais]_F sempre acompanhavam bailarinas.⁶
 b. Em São Petersburgo, oficiais sempre acompanhavam [bailarinas]_F.
- (16) a. Em São Petersburgo, se alguém acompanhava uma bailarina, ele era oficial.
 b. Em São Petersburgo, se um oficial acompanhava alguém, ele acompanhava uma bailarina.

As sentenças em (15) e suas paráfrases em (16) também ilustram o paralelo entre a estrutura tópico-foco e a a estrutura lógica de uma sentença quantificada: o tópico determina a(s) entidade(s) ou o(s) evento(s) sobre os quais se está quantificando e o constituinte focal expressa a afirmação que está sendo feita. A diferença entre as formas lógicas das sentenças em (15) está expressa de maneira simplificada em (17a e b) e poderia ser parafraseada por (18a e b).

- (17) a. [RESTRIÇÃO/TÓPICO acompanhava uma bailarina x] [ESCOPO NUCLEAR/FOCO oficial x]
 b. [RESTRIÇÃO/TÓPICO era acompanhado por um oficial x] [ESCOPO NUCLEAR bailarina x]
- (18) a. Em São Petersburgo, se alguém acompanhava uma bailarina, esse alguém era oficial.
 b. Em São Petersburgo, se um oficial acompanhava alguém, esse alguém era uma bailarina.

Sentenças genéricas com nominais nus como (19a) tem sido analisadas como sentenças sob o escopo de um quantificador genérico como expresso por uma forma lógica como (19b) (ver Krifka et al. 1995, entre outros, e Müller 2001, 2002 para o português brasileiro). Essas sentenças são analisadas como estando sob o escopo de um quantificador adverbial implícito no aspecto verbal e possuem estruturas lógicas semelhantes à estrutura em (11). Comparem (11) a (19).

Se analisarmos a forma lógica em (19b) segundo a hipótese de Partee 1991, teríamos que *equação quadrática* deve ser o tópico da sentença e *tem pelo menos uma solução* seria seu foco. A paráfrase em (19c) mostra que a partição da sentença feita em (19b) é fiel a (pelo menos um dos) sentido(s) da sentença.

- (19) a. Equação quadrática possui pelo menos uma solução.
 b. [geralmente x [restrição equação quadrática x] [escopo nuclear possui pelo menos uma soluções x]]

⁶ [...] _F marca o constituinte focal da sentença .

- c. geralmente, se x é uma equação quadrática, x possui pelo menos uma solução.

A proposta de Partee 1991 de que o tópico vai para a restrição e o constituinte focal para o escopo nuclear nos dá um ponto de partida para analisar o comportamento de nossas sentenças com sujeitos NNs no PB. Essas sentenças só são gramaticais com uma interpretação genérica para o sujeito NN. Compare as sentenças (20a) e (21a) com o sujeito referencial *João* com as sentenças (22) e (23) com sujeito NN *político*. As sentenças no presente simples tem uma leitura genérica que é posta em evidência ao adicionarmos o advérbio *geralmente* a essas sentenças como em (20b) e (22b). Já as sentenças com o presente composto foram construídas de modo a ter uma leitura preferencialmente episódica na qual descrevem um único evento e, portanto, não possuem paráfrase com *geralmente* (ver 21b). Nessa leitura, a sentença com NN é agramatical - a paráfrase em (23b) é impossível como expressão do significado de (23a).⁷

- (20) a. João fala muito.
b. Geralmente, João fala muito.
- (21) a. João está falando muito agora na sala 325.
b. *Geralmente, João está falando muito agora na sala 325
- (22) a. Político fala muito.
b. Geralmente, político fala muito.
- (23) a. *Político está falando muito agora na sala 325.
b. Tem político falando muito agora na sala 325.

Resumindo, vimos que em uma estrutura de quantificação tripartite, o NN ocupa a restrição e contribui para introduzir a variável sobre a qual se efetua a generalização. A predição a partir da teoria de Partee 1991 é de que um NN sujeito é sempre um tópico sentencial.

Na seção 6 examinaremos a predição da tese de Partee 1991 para as sentenças com NNs sujeitos no PB. Mas, para que isso seja possível, devemos primeiro explicitar as noções de tópico, de constituinte focal e de estrutura informacional de uma sentença. É para esta questão que nos voltamos na seção 4.

4. A Estrutura Informacional da Sentença: Tópico-Foco, Tema-Rema

Nesta seção discutiremos a estrutura informacional de uma sentença em termos das noções de tópico-foco e tema-remata com o objetivo de esclarecer os conceitos em jogo e

⁷ O presente composto tem um sentido iterativo no qual a interpretação genérica do sujeito nu é possível (e.g. *Político está falando muito ultimamente*). Estou desconsiderando esta interpretação do presente composto.

optar por noções que nos sejam úteis na investigação do comportamento dos NNs sujeitos no PB.⁸

Diferentes propostas na literatura assumem que a sentença possui uma estrutura informacional que inclui uma parte menos informativa - o tópico ou o tema - e uma parte mais informativa - o foco ou o rema (ver Reinhart 1982, Gundel 1988, Lambrecht 1994, entre outros e Ilari 1987 e Pontes 1987 para o português). As noções intuitivas envolvidas na discussão podem ser caracterizadas da seguinte forma: a estrutura informacional de uma sentença comporta um assunto sobre o qual se fala (o tópico ou o tema) e algo que é dito sobre esse assunto (o foco ou o rema). Entretanto, as propostas diferem tanto na delimitação dessa estrutura informacional, como na própria nomenclatura.

Existem na literatura alguns testes tradicionais para a delimitação do tópico de uma sentença. Exemplifico com três dos testes mais relevantes em relação a uma sentença típica do português brasileiro (24) (cf. Ilari 1987, Casielles-Suárez 1997).

(24) O Pedro, ele bebeu demais na festa.

O primeiro teste diz que quando parafraseamos a sentença que desejamos analisar por uma sentença iniciada pelas expressões *quanto a* ou *por falar em*, esta sofre uma cisão. O constituinte topical seria a expressão que segue imediatamente *quanto a* ou *por falar em*. Aplicando em (25) esse teste à sentença (24), temos o resultado de que *o Pedro* é seu tópico.

(25) Por falar no Pedro, ele bebeu demais na festa.

O segundo teste se faz transportando uma sentença para o discurso indireto. Assim podemos cindí-la em duas partes, como exemplificado em (26). Pode-se definir o tópico ou tema como a expressão que segue *falando de...*. Em nosso exemplo, *o Pedro* é diagnosticado novamente como o constituinte topical ou o tema da sentença (24).

(26) Falando do Pedro, Maria disse que ele bebeu demais na festa.

O último teste que mencionarei consiste em se elaborar uma pergunta virtual à qual a sentença sob exame seria a resposta natural. O conteúdo comum à pergunta e à resposta é o tópico da sentença analisada. Observe o par em (27), *o Pedro* é o constituinte comum à pergunta e à resposta, sendo diagnosticado, portanto, como o tópico ou tema da sentença. Notem que uma pergunta como (28) não seria apropriada para ter a sentença (24) como sua resposta (ver Britto 1998).

(27) - O que é que o Pedro fez?
- O Pedro, ele bebeu demais na festa.

⁸ Outras oposições como tópico-background, tópico-suposição, estrutura de foco-foco são encontradas na literatura sobre o tema. Estou usando os termos tópico-foco e tema-rema sem assumir nenhum compromisso com alguma proposta teórica determinada.

- (28) - Quem bebeu demais na festa?
- #O Pedro, ele bebeu demais na festa.

No entanto, como apontado por Ilari 1987 e também por Casielles 1997, a maioria dos testes funciona apenas para casos em que o constituinte topical é uma expressão nominal referencial. A maioria falha para o caso de constituintes topicais quantificados ou indefinidos. Imaginem que a sentença (29) é enunciada em um contexto em que se pede informação de como identificar os livros da biblioteca e que a sentença (30) é enunciada em um contexto em que se fala sobre os políticos. Nesses casos, tanto *todos os livros da biblioteca* como *político* podem ser considerados tópicos ou temas das sentenças (29) e (30).

- (29) Todos os livros da biblioteca tem uma etiqueta azul.
(30) Político fala demais.

No entanto, ao tentarmos aplicar o primeiro e o segundo dos testes apresentados acima às sentenças (29) e (30), vemos que estes falham, pois as sentenças que obtemos com as cisões correspondentes não fazem sentido. Observem a estranheza das sentenças (31) - (34). O único teste que pode ser aplicado com sucesso a este tipo de constituinte é o teste da pergunta natural. Tanto (35) como (36) seriam perguntas naturais para (29) e (30).

- (31) ?*Por falar em todos os livros da biblioteca, eles tem uma etiqueta azul.
(32) ?*Por falar em político, ele fala demais.
(33) ?*Falando de todos os livros da biblioteca, Maria disse que eles tem uma etiqueta azul.
(34) ?*Falando de político, Maria disse que \emptyset fala demais.
(35) O que identifica todos os livros da biblioteca?
(36) O que é que político faz?/Diga uma característica típica de político...

A maioria dos testes é, portanto, inútil para o estudo da estrutura informacional de sentenças com nominais nus como (30), que pode ser entendida como uma generalização sobre políticos como mostra a paráfrase em (37). Vemos que apenas o Teste da Pergunta Natural (TPN) funciona para o caso de constituintes topicais que são nominais nus. Por essa razão, vou adotar o TPN como diagnóstico do tópico ou tema e do rema de uma sentença .

- (37) Se é político, então fala demais.
(38) TPN: "Se a uma oração assertiva for possível associar, em relação de pergunta e resposta, uma oração interrogativa, iniciando-se por uma palavra interrogativa, a parte comum à oração interrogativa e à sua resposta será o tema desta; a parte não compartilhada pela oração interrogativa e sua resposta será o rema." (Ilari 1987, p. 58, grifos meus)

Como o próprio autor chama a atenção, é importante estender o conceito de palavra interrogativa para além dos pronomes interrogativos como *quem, que, quando*, etc. e incorporar locuções formadas por verbos e palavras interrogativas do tipo *o que aconteceu...?, o que ... faz?*, etc..

O uso do TPN como diagnóstico da estrutura informacional de uma sentença implica que, em uma sentença, um constituinte ou faz parte do tema, ou faz parte do rema. Exemplifico com nossos exemplos repetidos em (39)-(41). Essa concepção difere bastante de outras implícitas ou explícitas na dicotomia tópico-foco utilizada na literatura lingüística. Normalmente, o tópico é tomado como uma expressão nominal referencial (ver Hockett 1958, Lyons 1968) e a partição tópico-foco não engloba necessariamente toda a sentença.

- (39) - O que é que o Pedro fez?
- [_{TEMA} O Pedro], [_{REMA} ele bebeu demais na festa].
- (40) - O que identifica os livros da biblioteca?
- [_{TEMA} Todos os livros da biblioteca] [_{REMA} tem uma etiqueta azul].
- (41) - Diga uma característica de político...
- [_{TEMA} Político] [_{REMA} fala demais].

A escolha do Teste da Pergunta Natural resulta em uma concepção mais ampla da dicotomia tópico-foco e se aproxima da concepção pela Escola de Praga (ver Ilari 1987). O TPM expandido como exposto acima permite que a noção de tema (de tópico) possa abarcar sintagmas indefinidos e constituintes não nominais como exemplificado em (42) e (43).

- (42) - Quem veio na festa?
- [_{TEMA} Quem veio na festa], [_{REMA} foram o Pedro, o Carlos e a Maria].
- (43) - Na sua opinião em que consiste um bom artigo?
- [_{TEMA} Um bom artigo] [_{REMA} tem que ter uma boa hipótese].

Quanto aos conceitos de rema ou de foco utilizados como a contraparte da concepção de tema ou de tópico, a literatura concorda que o foco e o rema estão sempre associados a algum tipo de proeminência prosódica. Ilari 1987 separa as noções de foco e de rema ao chamar de foco apenas ao constituinte marcado pela proeminência prosódica e de rema, o constituinte que resulta da aplicação do TPM. Vou adotar a diferença entre rema e foco neste artigo. Assim a expressão em que incide o foco é obrigatoriamente parte do rema, mas o rema pode abarcar constituintes maiores.⁹

Tradicionalmente, a posição do foco em um par pergunta-resposta está relacionada à posição do pronome interrogativo, ou à posição de uma das alternativas de uma disjunção. Note que os pares abaixo não seriam apropriados com respostas trocadas (cf.

⁹ Este fenômeno é conhecido como projeção do foco (ver Selkirk 1984).

Rooth 1996). Rooth 1985 propõe que a principal contribuição do foco é introduzir um conjunto de alternativas à proposição denotada pela sentença. As alternativas introduzidas pelas respostas em (44) e (45) estão expressas em (46) e (47). As alternativas são proposições que diferem entre si nos valores atribuídos ao que pode ser concebido como uma variável que substitui o constituinte focal como representado em (48) e (49). A introdução de alternativas está associada à construção da estrutura quantificacional tripartite.

(44) - O Carlos quer café ou chá?
- O Carlos quer [café]_F

(45) - Quem quer café?
- [O Carlos]_F quer café.

(46) O Carlos quer café ou o Carlos quer chá.

(47) O Carlos quer café ou o Jorge quer café ou a Maria quer café ou ...

(48) O Carlos quer x

(49) x quer café

Nesta seção adotei as noções de tema ou tópico e de rema como determinadas pelo TPN, pois estas tem a vantagem de nos permitirem tratar de tópicos indefinidos e levarem a uma divisão da sentença em exatamente dois constituintes. Desta maneira temos como discutir o paralelo restrição-escopo nuclear e tema-rema proposto por Partee 1991.

Passo agora, na seção 5, a apresentar em detalhe os fatos sobre a interpretação dos NNs sujeitos no PB.

5. Nominais Nus em Posição de Sujeito: a Restrição

Nesta seção veremos o comportamento dos Nominais Nus sem número em posição de sujeito no PB, sua distribuição e sua interpretação. O objetivo é esclarecer os fatos contra os quais a tese de Partee 1991 será testada.

O PB é uma língua cuja ordem canônica é sujeito-verbo-objeto (SVO) que aceita NNs em posições argumentais. Em (50), por exemplo, temos NNs em posição de sujeito, de objeto direto, de objeto indireto. No entanto, nominais nus nem sempre são gramaticais em posição de sujeito. Comparem as sentenças (51)-(53) todas com NNs em (aparente) posição de sujeito. Em (51) temos uma sentença genérica cujo sujeito também tem uma interpretação genérica como ilustra a paráfrase em (51'). Em (52), temos uma sentença episódica. No entanto, a interpretação do sujeito ainda é genérica ('todos os meninos') como ilustra a paráfrase em (52'). Já em (53), temos uma sentença episódica construída de modo a exigir uma interpretação específica de seu sujeito. Esta sentença, com a interpretação expressa em (53'), é agramatical.

- (50) Coreano vende roupa pra brasileiro.
- (51) Menino brinca de herói.
- (52) Naquela festa de aniversário, menino estava brincando de herói, menina de casinha.
- (53) *Menino estava brincando de herói agorinha há pouco.
- (51') Sempre/Em geral, todo menino brinca de herói.
- (52') Naquela festa os meninos estavam brincando de herói e as estavam brincando de casinha.
- (53') Tinha menino brincando de herói agorinha há pouco.

A discussão dos exemplos acima mostra que NNs em posição de sujeito têm sempre uma interpretação genérica: uma interpretação específica ou existencial não é possível. Como mencionado na seção 2, Müller 2001, 2002 analisa as sentenças genéricas com sujeitos NNs no PB como casos de quantificação genérica. Assim o NN é analisado como um indefinido que introduz uma variável que é presa por um quantificador genérico provavelmente presente no aspecto verbal como ilustrado pela sentença (19) com sua forma lógica e paráfrases repetidas em (54) abaixo.

- (54) a. Equação quadrática possui pelo menos uma solução.
 b. [geralmente x [restrição equação quadrática x] [escopo nuclear possui pelo menos uma soluções x]]
 d. geralmente, se x é uma equação quadrática, x possui pelo menos uma solução.

Poderíamos pensar então que a interpretação existencial é proibida para sintagmas indefinidos. No entanto, sujeitos indefinidos podem ter tanto uma interpretação existencial como uma interpretação genérica em PB. A sentença (55) é uma sentença episódica com o sujeito indefinido e possui tanto uma leitura existencial (específica) como uma leitura genérica. Ambas as leituras estão expressas por suas respectivas paráfrases. Em contraste com (55), a sentença com NN sujeito em (56) tem apenas uma interpretação genérica para seu sujeito.

- (55) Um judeu está fazendo jejum hoje. (dito em Yom Kippur)
 Paráfrases:
Leitura específica/existencial: "Tem um judeu que está fazendo jejum hoje."
Leitura genérica: "Todo judeu está fazendo jejum hoje."

- (56) Judeu está fazendo jejum hoje. (dito em Yom Kippur)
 Paráfrases:
Leitura episódica/existencial: # "Tem judeu que está fazendo jejum hoje."
Leitura genérica: "Todo judeu está fazendo jejum hoje."

A impossibilidade de uma interpretação existencial do sujeito NN é mais uma vez demonstrada pelo contraste entre as sentenças (57) e (58) que expressam um contraste

entre predicados de indivíduo (57) e predicados de estágio (58). A sentença com o predicado de estágio pede uma interpretação existencial para seu sujeito e, como esta interpretação não é possível para o NN, ela se torna agramatical.

(57) Menino é faminto.

Paráfrase: "Todo menino é faminto."/ "Se é menino, é faminto."

(58) *Menino está faminto.

Paráfrase: *"Tem menino faminto."

Vimos que NNs sujeitos no PB possuem sempre uma interpretação genérica, quer em sentenças genéricas, quer em sentenças episódicas - uma interpretação existencial não é possível para um NN sujeito. Na próxima seção, argumento que estes NNs são na verdade tópicos sentenciais em posição externa à sentença no PB.

6. NNs SujeitoS são Tópicos no PB

Nesta seção, argumento que o sujeito NN no PB não é um verdadeiro sujeito, mas sim um tópico sentencial que ocupa posição externa à sentença. Essa análise soma-se ao trabalho de sintaticistas que vem afirmando que o PB é uma língua que organiza sua sentença em torno do tópico (ver Galves 2001 e Negrão 1997).

Muitos pesquisadores têm defendido que a posição de sujeito não é a posição do tópico sentencial em PB (ver Britto 1998, Negrão 1997, Galves 2001). A discussão envolve uma argumentação extremamente sofisticada à qual eu não posso fazer justiça no âmbito deste artigo. Vou apenas mostrar, fazendo uso do teste da TPN, que a retomada do tópico não é feita pelo sujeito em PB.

As sentenças (59) e (61) mostram que a posição canônica do sujeito não é usada para retomar o tópico e que as respostas apropriadas são as que colocam o tópico em uma posição externa à sentença. Já as sentenças em (60) e (62) mostram que o sujeito canônico no PB faz parte do rema, e não do tema. Em outras palavras, vemos mais uma vez que o sujeito não preenche o papel de tópico sentencial.

(59) - O que o Pedro fez?

- #O Pedro armou uma briga enorme na festa.

- [_{TEMA} O Pedro], [_{REMA} ele armou uma briga enorme na festa].

(60) - O que aconteceu na festa?

- [_{REMA} O Pedro armou uma briga enorme] [_{TEMA} na festa].

- #O Pedro, ele armou uma briga enorme na festa.

(61) - O que você me conta da Joana?

- # A Joana telefonou.

- [_{TEMA} A Joana], [_{REMA} ela telefonou].

- (62) - Quem telefonou?
 - [_{REMA} A Joana] [_{TEMA} telefonou].
 - #A Joana, ela telefonou.

A proposta de Partee 1991 diz que tópicos ocupam a restrição de uma estrutura quantificacional tripartite. A proposta prediz, portanto, que NNs sujeito com interpretação genérica, como *equações quadráticas* em (19) repetida abaixo como (63), devem ser tópicos sentenciais.

- (63) a. Equação quadrática possui pelo menos uma solução.
 b. [geralmente x [_{restrição} equação quadrática x] [_{escopo nuclear} possui pelo menos uma soluções x]]
 e. geralmente, se x é uma equação quadrática, x possui pelo menos uma solução.

O teste da TPN confirma a hipótese de Partee no sentido de que o NN sujeito pode certamente consistir o tópico da sentença (63a), pois o par pergunta-resposta em (64) é um par 'natural'. O par em (64) mostra novamente que o sujeito deve, pelo menos nestes casos, ser considerado o tópico sentencial. Discutirei esta questão mais abaixo. A existência de pares em (64) e (65), no entanto, não garante a impossibilidade de uma outra estrutura informacional para uma sentença com NN sujeito. Por hora, vou examinar as consequências que decorrem do fato de que o NN sujeito é o tópico sentencial.

- (64) - Qual a propriedade de uma equação quadrática?
 - [_{TEMA} Equação quadrática] [_{REMA} possui pelo menos uma solução].
- (65) - O que você me diz dos políticos?
 - [_{TEMA} Político] [_{REMA} fala muito].

Neste ponto, se considerarmos os dados acima sobre a estrutura informacional das sentenças do PB, somos forçados a repensar a análise de que os NNs em (64) e (65) são sujeitos de suas sentenças. Os dados das sentenças em (59)-(62) nos dizem que o constituinte topical não é o sujeito estrutural de uma sentença no PB. Coerentemente com essa conclusão, deveríamos ter que as sentenças em (64) e (65) possuem as estruturas em (64') e (65'), nas quais a posição de sujeito está vazia e os NNs ocupam uma posição de tópico, externa à sentença.¹⁰

- (64') [Equação quadrática] [_s ∅ possui pelo menos uma solução].
 (65') [Político] [_s ∅ fala muito].

A maneira mais simples de corroborar essa conclusão seria a possibilidade de ocorrência de um pronome na posição de sujeito. Esta possibilidade, entretanto, não está disponível para o caso dos NNs, pois estes não aceitam anáfora sentencial como se pode ver em (66)

¹⁰ Não vou entrar na discussão do tipo de categoria vazia que ocupa a posição de sujeito nestas sentenças. Remeto à Galves 2001 e às referências aí citadas para uma discussão exaustiva da questão.

e (67). Portanto a agramaticalidade de (68) e (69) se deve à impossibilidade de retomada de um NN pelo pronome.

(66) #[Equação quadrática]₁ possui pelo menos uma solução e ela₁ sempre possui duas variáveis.

(67) *Político₁ acha que ele₁ é o máximo.

(68) *[Equação quadrática] [_s ela possui pelo menos uma solução].

(69) [Político] [_s ele fala muito].

É possível, no entanto, encontrar evidências de que NNs pré-verbais não são sujeitos (cf. Casielles-Suárez 1997 para o espanhol). Primeiro, temos que os NNs em posição pré-verbal coocorrem em qualquer ordem com outros casos claros de adjunção (ver exemplos em (70)). Segundo, temos também que qualquer tipo de constituinte pode ocorrer nessa posição, desde adjetivos (71), quantificadores (72) ou mesmo CPs (73).

(70) a. Pra mim, político é ladrão.
b. Político, pra mim, é ladrão.

(71) Bonita, ela nunca foi.

(72) Todos, nós ainda não conhecemos.

(73) Que ele bebe, todo mundo sabe.

Finalmente, vemos que a posição ocupada pelo NN é uma posição recursiva, propriedade esta incompatível com a posição de sujeito sentencial. Observem os exemplos em (74) e (75).

(74) Roupa, pra mim, naquela loja, ele nunca comprou.

(75) Político, pra mim, neste país, ϕ fala muito.

Até aqui, nossa argumentação confirma a hipótese de Partee 1991 de que tópicos são parte da restrição de uma estrutura quantificacional. Temos então que nossos NNs sujeitos são na verdade constituintes topicais e ocupam uma posição estrutural externa à sentença no PB. Assim explicamos porque sua interpretação genérica. Resta ainda explicar porque o NN não pode ocupar a posição de sujeito e receber uma interpretação existencial. É para essa questão que este trabalho nos voltamos na próxima seção.

7. Nominais Nus: Sintagmas Nominais (NPs) ou Sintagmas de Determinante (DPs)?

Nesta seção vou defender a tese de que Nominais Nus sem número são sintagmas nominais (NPs) e não sintagmas de determinate (DPs) em BP. Ou seja, NNs são equivalentes a substantivos comuns e não a expressões nominais plenas como nomes próprios, descrições definidas ou expressões quantificadas. Por serem NPs, e não DPs, eles não podem ocupar posições argumentais como a posição de sujeito (cf Longobardi

1994). Explica-se assim a ausência de uma interpretação existencial para os NNs (aparentemente) sujeitos.

A idéia de que NNs são predicados e não expressões referenciais tem sido defendida na literatura para várias línguas (ver van Geenhoven 1998 para o West Greenlandic, Chung & Ladusaw 2004 para o Chamorro, Rullmann & You 2003 para o Mandarin). Existem diversas evidências que apontam para esta análise.

Primeiro, ao contrário de expressões nominais plenas (DPs), NNs não tem exigência de número podendo ser recuperados no discurso tanto por pronomes singulares como plurais (76). Este comportamento contrasta com o comportamento de DPs indefinidos que são ou singulares, ou plurais (77 e 78).

- (76) Ontem eu escrevi carta. Depois eu pus ela/elas para o correio.
- (77) Ontem eu escrevi uma carta. Depois eu pus ela/*elas no correio.
- (78) Ontem eu escrevi várias cartas. Depois eu pus *ela/elas no correio.

Uma segunda diferença entre DPs indefinidos e NNs está no tipo de implicatura conversacional gerada por esses constituintes. Descrições indefinidas introduzem a implicatura *não mais de um...* que é normalmente feita quando uma sentença como (80) é enunciada (cf. Grice 1967). Ao contrário de um acarretamento, uma implicatura pode ser cancelada. Em (79), vemos que o NN não introduz nenhuma implicatura quanto a seu número, ao contrário do DP indefinido em (80).

- (79) Ontem eu escrevi carta. #Na verdade, eu escrevi cinco.
- (80) Ontem eu escrevi uma carta. Na verdade, eu escrevi cinco.

Terceiro, NNs nunca são específicos. Veja o contraste entre a ausência da leitura específica em (82) e a ambiguidade de (81) que possui tanto uma leitura específica ("uma mulher determinada") como uma leitura indefinida ("qualquer mulher"). E finalmente, NNs são possíveis como predicados secundários. O mesmo não acontece com DPs indefinidos plenos. Observem o contraste entre (83) e (84).

- (81) Jorge procura uma mulher.
- (82) Jorge procura mulher.

- (83) O juiz nomeou Carlos investidor.
- (84) *O juiz nomeou Carlos um investigador/algum investigador.

Vimos que NNs são predicados (NPs) e não expressões referenciais ou quantificacionais (DPs). Conseqüentemente, não podem ocupar a posição estrutural de sujeito. Explica-se assim a ausência de uma leitura existencial para o NN, pois esta só é possível para DPs.

8. Conclusão

Este trabalho discutiu a restrição que impede NNs em aparente posição de sujeito de terem uma interpretação existencial. O trabalho assume que NNs com interpretação genérica são indefinidos que ocupam a restrição de uma estrutura quantificacional tripartite. Segundo Partee 1991, a restrição de uma estrutura tripartite é sempre ocupada pelo tópico sentencial. Assim NNs genéricos são tópicos sentenciais no PB, o que implica, devido a propriedades estruturais dessa língua, que eles ocupam uma posição externa à sentença. A impossibilidade de uma interpretação existencial para o NN 'sujeito' é consequência de que NNs são predicados e não podem ocupar posições de argumentos.

Referências

- Barwise, J. & Cooper, R. (1981) "Generalized Quantifiers and Natural Language". *Linguistics and Philosophy* 4: 159-219.
- Britto, H. S. (1998). *Deslocamento à Esquerda, Resumptivo-Sujeito, Ordem SV e a Codificação Sintática de Juízos Categórico e Tético no Português do Brasil*. Dissertação de doutorado, IEL, UNICAMP, Campinas.
- Casielles-Suárez (1997). *Topic, Focus and Bare Nominals in Spanish*. Ph. D. dissertation, University of Massachusetts, GLSA: Amherst.
- Chung, S. & W. Ladusaw (2004). *Restriction and Saturation*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Galves, C. (2001). *Ensaio sobre as Gramáticas do Português*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- van Geenhoven, V. (1998). *Semantic Incorporation and Indefinite Descriptions*. Stanford: CSLI.
- Grice, H. P. (1975). "Logic and Conversation" In P. Cole & J. Morgan, eds. *Speech Acts: Syntax and Semantics* 3: 41-58. New York: University of Chicago Press.
- Gundel, J. (1988). *The Role of Topic and Comment in Linguistic Theory*. New York: Garland.
- Heim (1982). *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. Ph. D. dissertation, University of Massachusetts, GLSA: Amherst.
- Hockett, C. F. (1958). *A Course in Modern Linguistics*. New York: Macmillan.
- Ilari, R. (1987). *A Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa*. Campinas: UNICAMP.

- Kamp, H. (1984). "A Theory of Truth and Semantic Representation". In J. Groenendijk, T.M.V. Janssen & M. Stokhof, eds.. *Truth, Interpretation and Information*. GRASS 2, Dordrecht: Foris.
- Krifka, M. (1992). "Focus, Quantification and Dynamic Interpretation". Ms, University of Texas at Austin.
- Krifka, M., Pelletier, F.J., Carlson, G., ter Meulen, A., Chierchia, G. & Link, G. (1995). "Genericity: an Introduction" In G. Carlson & F. J. Pelletier, eds. *The Generic Book*: 1-24. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Lambrecht, J. (1994). *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge: CUP.
- Lewis, D. (1970). "General Semantics". *Syntheses* **21**.
- _____ (1975). "Adverbs of Quantification". In E. L. Keenan, ed., *Formal Semantics of natural Language*. Cambridge, UK: University Press.
- Longobardi, G. (1994). "Reference and Proper Names: a Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form" *Linguistic Inquiry* **25**: 609-665.
- Lyons, J. (1968). *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Montague, R. (1973). "The Proper Treatment of Quantification in Ordinary English". In:
- Müller, A. (2001). "Genericity and the Denotation of Common Nouns in Brazilian Portuguese". In Adam Weerle & Ji-Young Kim, eds., *Proceedings of the SULA: The Semantics of Under-Represented Languages in the Americas*, *UMOC* **25**: 72-80. The University of Massachusetts, Amherst, MA: GLSA.
- _____ (2002) "The Semantics of Generic Quantification in Brazilian Portuguese" *PROBUS* **14**: 279-298.
- Negrão, E. V. (1999). *O Português Brasileiro: uma Língua Voltada para o Discurso*. Tese de Livre Docência, USP, São Paulo.
- Partee, B. H. 1991. "Topic, Focus and Quantification", *SALT I*: 159-187.
- Partee, B.H., E. Bach & A. Kratzer 1987. "Quantification: a Cross-Linguistic Perspective", NSF proposal, University of Massachusetts, Amherst.
- Pontes, E. (1987). *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes.
- Reinhart, T. (1982). "Pragmatics and Linguistics: an Analysis of Sentence Topics". *Philosophica* **27**: 53-94.

Rullmann, H. & A. You 2003. General Number and the Semantics and Pragmatics of Indefinite Bare Nouns in Mandarin Chinese. Ms. University of Calgary. <http://www.ucalgary.ca/~rullmann>.

Rooth, M. (1985). *Association with Focus*. Ph. D. dissertation, University of Massachusetts, Amherst: GLSA.

_____ (1996). "Focus" In S. Lappin, ed. *The Handbook of Contemporary Semantic Theory*. Oxford: Blackwells.

Selkirk, E (1984). *Phonology and Syntax. The Relation between Sound and Structure*. Cambridge: MIT Press.